



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0182/2022

Processo Licitatório nº: 20.170/2020

Processo de Impugnação nº: 2.769/2023

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (PACIENTES E ACOMPANHANTES), considerando como itinerário o trajeto que vai do município de embarque qual seja, Nova Friburgo ao Município de desembarque pré-determinado pela Central de Regulação/TFD (Tratamento Fora de Domicílio), Coordenação de Saúde Auditiva e Programa Melhor em Casa, pelo prazo de 12 (doze) meses.

IMPUGNANTE: CAMINHOS DOURADOS FRETAMENTO E ALUGUEL DE VEÍCULOS LTDA.

IMPUGNADO: EDITAL

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa CAMINHOS DOURADOS FRETAMENTO E ALUGUEL DE VEÍCULOS LTDA., com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, de forma tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 182/2022.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a



Comissão de Pregão II

Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências, interesse processual e de tempestividade conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. A impugnante sucintamente alega a observância de "...um erro material no item 4.1.1, que traz dúvidas quanto a correta quantidade de veículos necessária para atendimento do item 1 da Planilha de Especificação."

06. Alega ainda que o edital está omissivo ao não exigir, como qualificação-técnica, da fase habilitatória, a apresentação para os veículos dos itens 01, 02 e 04, o Certificado de Autorização de Tráfego - CAT de cada veículo, conforme legislação do DETRO afirmando , ... "ser um documento indispensável para o tráfego dos veículos em rodovias estaduais com o fito de trazer legalidade ao Processo Licitatório."



Comissão de Pregão II

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

07. Requer a impugnante que:

a) *"...que seja realizado a correção do item 4.1.1 no Termo de Referência para fazer constar a contratação de 13 (treze) veículos tipo van;"*

b) *"...que seja incluído no item 8.12 do Termo de Referência a obrigatoriedade da licitante apresentar o Certificado de Autorização de Tráfego - CAT de cada veículo para os itens 1, 2 e 4 que realizarão o transporte intermunicipal de passageiros."*

c) *"...promover a republicação do Edital, inserindo as alterações aqui pleiteadas, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme o § 1º, do art. 55, da Lei nº 14.133/2021, restabelecendo a competitividade, em respeito aos princípios da Isonomia, da Impessoalidade e da Moralidade e Legalidade."*

IV. DA ANÁLISE

08. Quanto a inclusão no item 8.12 do Termo de Referência da obrigatoriedade da licitante apresentar o Certificado de Autorização de Tráfego - CAT de cada veículo para os itens 1, 2 e 4 que realizarão o transporte intermunicipal de passageiros.

Resposta:

A Lei Federal nº 8666/93, em seu artigo 30, § 6º estabelece que:

*"Art. 30, § 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização **prévia**".[grifo nosso]*



Comissão de Pregão II

As exigências solicitadas pela impugnante em sua peça, s.m.j. são desarrazoadas e ilegais, uma vez que a Lei de Licitações veda exigências de *propriedade* e de locação *prévia* apenas para participar da licitação, o que restringe sobremaneira a competitividade do certame licitatório. Salvo melhor juízo, a comprovação exigida poderia ser feita quando da assinatura do contrato, uma vez não ser razoável cobrar que a licitante mantenha esse acervo estrutural, com todos os *custos decorrentes, apenas para participar de licitações públicas*". (Grifo nosso)

Tal entendimento está em consonância com diversos Acórdãos do TCU[1] e também com a Súmula 272 do mesmo Tribunal:

"Súmula nº 272/2012 TCU: No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato".

[1] Acórdãos 648/2004; 608/2008; 2915/2013; 3056/2013 e Acórdão 365/2017, todos do Plenário.

Quanto a *correção do item 4.1.1 no Termo de Referência para fazer constar a contratação de 13 (treze) veículos tipo van;*

Resposta: Em análise aos documentos mencionados na peça de impugnação, verificamos que de fato existe uma divergência nas informações, causada por erro material, s.m.j, sanável, e que poderia ser dirimido através de simples pedido de esclarecimento vinculatório, previsto no subitem 27.1 do edital, . No entanto tendo em



Comissão de Pregão II

vista a decisão pelo provimento parcial do segundo ponto levantado pela empresa, pugno pela retificação do Termo de Referência – Anexo I, a fim de dirimir quaisquer dúvidas dos interessados.

O setor requisitante da Secretaria Municipal de Saúde, após análises das alegações, apresentadas, se manifestou que, ***“considerando as informações prestadas pelo Pregoeiro da Comissão de Pregão II ... procederemos com a retificação do Termo de Referência...”***, acatando assim parcialmente os pedidos da impugnante.

A Procuradoria Geral, instada a se manifestar quanto às questões jurídicas impugnadas, exarou parecer, onde sucintamente se manifestou no sentido que ***“... se o DETRO/RJ regulamenta a matéria, dispondo sobre a necessidade do Certificado de Autorização de Tráfego – CAT, s.m.j., deve tal exigência ser inserida no edital.”***

V. DA DECISÃO

16. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, subsidiado pelas manifestações da Secretaria Requisitante e pelo parecer jurídico da PGM, sem nada mais evocar, CONHEÇO da Impugnação interposta pela empresa CAMINHOS DOURADOS FRETAMENTO E ALUGUEL DE VEÍCULOS LTDA, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 182/2022, e no mérito, DOU PROVIMENTO PARCIAL, pela alteração do edital, em comento.

Nova Friburgo, 03 de fevereiro 2023.

JONATHAN P. CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870